



CRISE NO MUNDO OCIDENTAL: UMA INCOERÊNCIA?

George Banharo da Silva

O término da 2ª Guerra Mundial não significou o início de uma nova era de paz, justiça e fraternidade; condições que o Idealismo Político, nascido nos ideais wilsonianos, procurava estabelecer. Ao contrário, outro conflito se configurou, trazendo, não só uma disputa ideológica, mas, sobretudo, a ameaça do holocausto nuclear, triste corolário desse processo. Trata-se da Guerra Fria: de um lado, os Estados Unidos da América, liderando o mundo ocidental — democrático e capitalista; de outro, a União Soviética, comandando o bloco comunista.

Este trabalho não pretende descrever o desenvolvimento desse confronto e nem se propõe analisá-lo. Desejamos, apenas, recordar que o mesmo atingiu uma dimensão global, na medida em que

as duas superpotências (EUA e URSS) decidiram estender as suas influências a todos os parâmetros da Terra, "coerentemente", em nome de seus princípios ideológicos e de suas filosofias de vida. Dessa "cruzada do século XX" advêm vários conflitos localizados que, na visão de muitos observadores, propiciam um excelente campo de provas: estratégias, táticas e comportamento humano.

Na verdade, essas guerras limitadas, na maioria das vezes, originam-se nas contradições locais de ordem política, econômica, social, étnica ou mesmo religiosa. As superpotências, na sua "predestinação messiânica", nelas interferem e, na maioria, ao invés de solucioná-las ou atenuá-las, intensificam o agravamento do quadro. Desconhecem a existência de uma dinâmica própria, incontrolável.

Sem se dissociar desse aspecto importante da atualidade, que é a natureza desse conflito localizado, vamos ater-nos à intimidade do nosso mundo — o Ocidental.

Admitimos, realisticamente, que seria impossível, a nós do Oeste, manter-nos unidos, de forma monolítica, em razão da própria concepção de democracia, que encontra na individualidade e na discordância, respeitados os limites ético-jurídicos, a expressão vital que a impulsiona e enfatiza a sua criatividade renovadora. Destarte, a periculosidade da manifestação premente da ameaça comunista, talvez, de imediato, não se consiga a coesão desejada para enfrentar e suportar as decorrências, ou mesmo as conseqüências de tal perspectiva. Todavia, a desintegração que se desenvolve em nosso seio alcança proporções assustadoras, principalmente se considerarmos o citado perigo vermelho.

Quais seriam as causas desse processo? Resultariam da ação do Movimento Comunista Internacional? Estariam relacionadas com as nossas próprias contradições? Teriam origens tanto endógenas como exógenas?

De pronto, responderíamos que as razões são marcantemente internas, embora não devamos olvidar que o comunismo, entendido como veículo do imperialismo soviético, explora muito bem tal situação desagregadora, agravando-a.

Seriam, entretanto, essas causas domésticas incoerentes com a própria natureza do proclamado mundo livre? Teçamos algumas considerações a respeito.

Uma Aparente Incoerência

A cisão do bloco ocidental parece fortalecer-se na própria ambigüidade do conceito de Ocidente. Seria apenas uma área geográfica? Acreditamos que não. Basta citar o exemplo do Japão, para caracterizar a incoerência.

Significaria uma unidade político-ideológica? Em outras palavras, todos os Estados desse mundo ocidental praticariam a democracia, seja como regime político, seja como filosofia de vida?

Terá resposta imediata e fácil: não. Detenhamo-nos, com prudência, nesse aspecto.

Cabe, inicialmente, esclarecer um ponto: entendemos que a democracia, como filosofia de vida, é uma obra acabada, alicerçada nos valores nela incorporados, e que coloca o Homem no centro do universo. Contudo, como regime político, vive em constante transformação, adaptando-se às realidades do tempo, do espaço e da cultura. Mesmo nos países considerados paradigmas democráticos, constatamos que a vivência política enfrenta, de quando em quando, sobressaltos perturbadores. Estaria o problema da representatividade resolvido?

De qualquer forma, aceitemos como democracia aqueles Estados que possuem a "massa crítica" de valores e procedimentos que os caracterizam definitivamente. Mesmo assim, encontraremos no mundo ocidental uma convivência tão estranha quanto incoerente: os países democráticos com as chamadas ditaduras. Não seria isto

uma contradição insuperável? Aí estão os exemplos de nações, esteios da democracia, que, em nome desta — ameaçada pelo totalitarismo vermelho, apoiam tais ditaduras para depois repeli-las, ainda em nome de uma própria essência da democracia — o Direito. Por que, então, da convivência inicial? A incoerência é tão significativa, que só esses resultados poderiam ocorrer. Fiquemos nessa constatação.

Seria o Ocidente uma unidade sócio-econômica, compreendida como tal uma organização social semelhante, um sistema econômico único, onde as trocas se processam de forma, pelo menos, aceitável?

Novamente, objetamos: não. Por sinal, a realidade não mereceria maiores comentários. À guisa de ênfase, externaremos algumas idéias.

No tocante à forma e à natureza do sistema sócio-econômico, sabemos que coexistem, no mundo ocidental, diversos modelos capitalistas e socialistas, o que seria suficiente para quebrar a sua unicidade e assinalar uma incoerência. Disto resultariam, em princípio, as dificuldades para estabelecer-se uma ordem econômica internacional mais equilibrada, onde as trocas ocorressem de forma mais equânime, diminuindo o espaço que separa os países ricos dos menos afortunados.

A esta altura, algum economista cioso poderia argumentar que, mesmo na hipótese de existir apenas um único sistema, os problemas clássicos da economia conti-

nuariam em pauta, sem possibilitar soluções justas e duradouras. No entanto, em nome do fortalecimento do Ocidente, não seria lógico e inteligente que os países desenvolvidos envidassem todos os esforços — em que pesem as diferenças sistêmicas a que nos referimos — para minorar a situação difícil, quando não angustiosa, das nações em desenvolvimento?

Tudo indica a resposta negativa. Persiste, portanto, a incoerência.

No que concerne a valores, haveria um mundo ocidental perfeitamente caracterizado? Evidentemente não. Basta olhar as diferenças étnicas, culturais e religiosas para enxergar a verdade. Sem levarmos em conta os aspectos sócio-econômicos, eis o Terceiro Mundo, de perfil ainda não desenhado, com sua diversidade humanística a atestar esta premissa.

Fixemo-nos, então, no mundo ocidental cristão. Estariam os seus valores máximos sendo cultivados uniforme e integralmente por todos os seus componentes?

No que se relaciona, particularmente, ao Direito, este é interpretado e aplicado de acordo com o célebre e popular sistema de "dois pesos e duas medidas". Em determinadas situações, o violador do Direito é inapelavelmente penalizado; em outras, simplesmente "admoestado", quando não, ignorado, ainda que vidas humanas sejam ceifadas cruel e desnecessariamente, em face de seus objetivos de segurança (?). Por que essa incoerência? Os valores não são os mesmos?

Diante do exposto, parece, à primeira vista, que o Ocidente vive ao sabor de suas incoerências. Todavia, temos razões para acreditar que não há incoerência definida. Tentaremos, agora, demonstrar.

Uma Real Coerência

Bastaria consultar a História, para situarmos no presente, em termos de relações internacionais, uma repetição do passado, entendendo-se as novas roupagens e os procedimentos sofisticados. O que queremos dizer: sempre preponderaram — e ainda preponderam — as relações de dominação entre os Estados. Se não damos um caráter de totalidade a essa afirmativa, é pelo fato de que, aparentemente, este tipo de dominação se disfarça, muitas vezes, através da política de alianças e de blocos, invariavelmente temporárias.

Se a luta pelo poder foi, com raros intervalos de significação, uma constante entre os povos dos chamados núcleos "irradiadores da civilização", ou centros de decisão mundial, muito mais intensa tornou-se a disputa colonial, no que tange ao grau de dominação, tanto política como econômica. Por sinal, se quisermos compreender a gênese do hoje denominado conflito Norte-Sul, basta atentarmos para a natureza dos vínculos que marcaram o relacionamento entre as metrópoles e as suas colônias: uma verticalidade quase que absoluta. Não levamos em conta a situação atípica dos EUA.

Afastando-nos desta abordagem histórica, tentaríamos reforçar a

nossa argumentação, procurando respaldo na própria dinâmica do Poder, pela sua Lei de Expansão, conforme a visão de Diogo de Figueiredo Moreira Netto, em sua obra *As Leis do Poder*, da Editora Convívio: "o Poder é dinâmico por natureza" e acrescenta, citando Gumpowicz, que "manter o Poder é crescê-lo"; mais adiante, reproduz uma observação de George Langrod, afirmando que "o Poder não parece jamais estacionário, mas se encontra em evolução permanente e tende, sem cessar, a crescer para subsistir"; e, em outro trecho, o mesmo autor exalta que "no universo do Poder não existe vácuo; onde um Poder recua outro lhe toma o lugar". Dando validade a esta assertiva, John G. Stoessinger, em *O Poder das Nações*, nos lembra que "a Segunda Guerra Mundial criara vários vácuos, que os Estados Unidos decidiram ocupar muito antes que a guerra fria se cristalizasse".

Consubstancia-se, de forma implícita, que o Poder, em sua dinâmica, nos explica um dos pressupostos fundamentais do Realismo Político, que é o de considerar a luta pelo Poder como lei objetiva no relacionamento entre as nações. No entanto, torna-se imperativo considerar os aspectos subjetivos, de princípio, não aparentes, mas que se configuram no quadro das concepções do Poder, para que se possa obter a compreensão integral do problema.

Do estudo anatômico do Poder, sabemos da existência de um componente extremamente subjetivo, que é a Vontade, que, aliada à Ca-

pacidade, irá ocasionar esse Poder. Nesta Vontade vamos identificar todos os elementos que julgamos essenciais para uma integral apreensão da dinâmica do Poder. Esta Vontade, alicerçando-se no orgulho nacional, que encontra as suas raízes na História, manifestar-se-á em termos de constante busca e de manutenção dos interesses comuns da coletividade, que, cristalizados, passam a constituir os Objetivos Nacionais. Esta Vontade corporifica a expressão do Nacionalismo.

Queiramos ou não, é o Nacionalismo que se constitui na principal força impulsionadora das nações, no convívio universal. Tenha o caráter racial de um nazismo, ou a conotação religiosa emprestada, hoje, pelo fundamentalismo muçulmano, no Irã, ou ainda, uma simples significação de interesse, o Nacionalismo está, mais do que nunca, redivivo.

Iludiram-se aqueles que julgavam estar o Nacionalismo sendo suplantado por uma espécie de Universalismo, onde o mundo seria uma autêntica Aldeia Global, com sólidos laços de Interdependência. Este quadro de fraternidade pareceu realmente desenharse, sob a ajuda e orientação paternal dos Estados Unidos da América, na medida em que o mundo procurava emergir das cinzas da II Grande Guerra.

Não percebiam, entretanto, esses mesmos observadores, que o quadro retratava, apenas, uma conjugação de interesses, destacando-se entre estes a necessidade de proteção em face da ameaça so-

viética. A proporção, porém, que cada Estado normalizava a sua vida política e reerguia a sua economia, era natural que interesses comesçassem a contrapor-se, particularmente no campo econômico, onde reacendiam-se, paulatinamente, as históricas disputas por mercados consumidores de manufaturados e fontes de matérias-primas. Como fenômeno complicador dessa ordem internacional, entravam em cena, inusitadamente e de forma intensa, os novos Estados africanos e asiáticos, que, com um compreensível, mas exacerbado Nacionalismo, buscam, numa tentativa solidária, afirmar-se no sistema mundial, mesmo considerados os laços de dependência econômica.

Eis o mundo ocidental de hoje: cada um enxergando o cenário internacional pela óptica que lhe é mais pertinente, a do interesse imediato, embora, ao mesmo tempo, querendo que os demais compartilhem da mesma visão. É natural que os Estados Unidos da América considerem como seu principal problema a ameaça soviética. É necessário, contudo, que se compreenda que outros países têm prioridades mais imediatas. Assim, para árabes e israelenses o conflito Leste-Oeste é secundário diante da questão que se interpõe entre eles; para a África Negra o primordial é a afirmação da raça e da nacionalidade; para as nações em desenvolvimento, em geral, o que importa fundamentalmente é elevar as suas condições sócio-econômicas, pois, realisticamente, cada um tem que zelar pelos seus interesses vitais.

No campo econômico as evidências também se acumulam, em termos de interesses nacionais. A situação é tão preocupante que, recentemente, um cientista político declarou que o mundo ocidental vive a fase do Neomercantilismo. Todos sabemos que uma das características definidoras do Mercantilismo era o Nacionalismo; e um dos seus principais instrumentos o Protecionismo, hoje, palavra frequente nos noticiários jornalísticos. E, tornando mais sombrias as perspectivas dos países em desenvolvimento, cabe recordar outro fundamento do mercantilismo — o Colonialismo —, que se manifestava economicamente, conforme vimos, através da troca desigual entre manufaturados e matérias-primas.

Por conseguinte, não constitui surpresa e nem tão pouco uma incoerência o que ocorre no nosso Ocidente. Não nos espanta, absolutamente, ouvir de um governante a categórica afirmação de que a crise econômica mundial só será resolvida quando os problemas econômicos de seus países forem solucionados, com o que, conforme a observação de um jornalista, revive-se, invertendo-se os sinais, Stalin, não com o Socialismo, mas com o Capitalismo em um só estado. Nem nos causa espécie, também, o fato de outro dirigente, desprezando totalmente a Ética e o Direito, proclamar que o seu povo só se curva diante de Deus. E, mais ainda, não nos parece estranho que as mais incríveis alianças ou simples apoios se concretizem, em face de determinadas situa-

ções, em que o interesse nacional impõe-se acima de tudo: democracia com totalitarismo, capitalismo com socialismo e ditadura de direita com ditadura de esquerda.

Um famoso estadista, num momento, talvez de irreflexão, mas de sinceridade, externou que “entre nações não existe amizade, mas sim interesses”. Enfim, com que fim, e infelizmente, tudo é coerente.

Conclusão

Não julguem os leitores que temos a intenção de oferecer uma mensagem pessimista, diante da realidade que enxergamos, como a consagrar um determinismo fatalista, do qual não possamos escapar. Não abdicamos do ideal de uma convivência fraterna entre as nações, sob a égide do Direito. Mais além diríamos que envidaremos todos os esforços para, de alguma maneira, contribuir para a consecução desse ideal. Temos, inclusive, a certeza e a confiança de que não estamos sós.

Preocupou-nos, sim, retratar, com as lentes da realidade, o mundo ocidental de hoje, que, na verdade, não é nada otimista. Todavia, com esse perfil, pretendemos alertar e mobilizar. Alertar aqueles que ainda não vêem o Nacionalismo completamente revigorado, inspirando a conduta das nações no Ocidente. Vivem eles confiando na amizade dos mais poderosos, e muitas vezes de forma submissa, acreditando na preponderância de uma bipolarização

ideológica, quando o que nos atinge, mais de perto, são os efeitos da crescente dicotomia Norte-Sul. Não percebem que, se esta não for contida, poderemos tornar-nos mais frágeis diante da constante ameaça comunista. Mobilizar a nação para, sem ódios e preconceitos, e inteligentemente, fortalecer e viabilizar o nosso Nacionalismo, entendido este sentimento, conforme o conceito enunciado, de certa feita, pelo então Presidente Médici: "A prevalência de nossos interesses sobre quaisquer outros". Acrescentaríamos: com base na nossa cultura, na nossa realidade, usando, ao máximo, os nossos recursos.

Ao mesmo tempo, temos que mostrar ao mundo que o nosso Nacionalismo não é egoísta e isolacionista. Vivemos numa comunidade internacional, em que jamais os interesses deixarão de chocar-se e ressaltar o valor da ajuda mútua. Importante destacar: todas as questões conflitantes se sujeitam à

aplicação do Direito Internacional, inclusive as de ordem econômica.

Estamos convictos de que, a par do auto-aperfeiçoamento moral do Homem, a chave da boa convivência internacional está na subordinação ao Direito, única forma racional de conciliar o Nacionalismo com o Universalismo.

No momento, porém, sem deixar de proclamar e, na medida admissível, viabilizar esses princípios de coexistência mundial, continuemos a lutar pelos nossos interesses, manifestando, com clareza, o Nacionalismo Brasileiro.

Felizmente, esta tem sido a linha mestra de nossa política externa. Que não se modifique ou se torne tibia perante as pressões daquele ínfimo, porém atuante, segmento da sociedade brasileira que Vianna Moog muito bem caracteriza: os Mazombos, tanto os apolo-gistas da "grande civilização norte-americana e européia", como os cultores do "maravilhoso paraíso comunista".



O Ten Cel Inf QEMA George Banharo da Silva possui os seguintes cursos militares: de Formação de Oficiais, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); de Manutenção de Armamento, da Escola de Material Bélico; de Aperfeiçoamento, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); e Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Possui ainda os seguintes cursos civis: de Administração de Empresas e de Especialização em EPB (pós-graduação). Ex-chefe da Seção de Planejamento do Comando Militar da Amazônia, exerce atualmente as funções de Instrutor de Política, Psicologia Social e Economia, da ECEME.